

Em sessão solene na Câmara dos Deputados, Margaridas reivindicam direito à terra e fim da violência no campo

Congresso Nacional homenageou Marcha das Margaridas. Procuradoria dos Direitos do Cidadão também promove iniciativas no marco da Semana de Luta pela Reforma Agrária e Contra a Violência

(MPE, 13/08/2019 - acesse no site de origem)

Mais de 600 mulheres trabalhadoras do campo, das florestas e das águas estiveram reunidas na manhã desta terça-feira (13) no plenário Ulysses Guimarães em uma sessão solene promovida pelo Congresso Nacional para homenagear a Marcha das Margaridas. A atividade reverenciou a mobilização que acontece entre hoje e amanhã, em Brasília, reunindo cerca de 100 mil mulheres trabalhadoras rurais de todo o país. O ato marca a memória da líder sindical paraibana Margarida Maria Alves, assassinada em 12 de agosto de 1983, no contexto da luta por direitos no campo, e que ensejou o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

“A morte de Margarida Alves é marcada por muitas simbologias. É o silenciamento da voz da mulher, da nordestina, da camponesa e dos que lutam por direitos”, destacou a procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat.

Para a representante do Ministério Público Federal, o enfrentamento à opressão e à violência é um desafio que aproxima mulheres indígenas, camponesas, trabalhadoras do campo e da cidade. “Ser mulher é ter o compromisso com todas essas lutas por direitos, especialmente diante das atuais ameaças às garantias estabelecidas pela Constituição de 88”.

A procuradora federal dos Direitos do Cidadão apontou que os retrocessos que se verificam em diversas políticas públicas nos mostram que o tempo não é linear e que estamos nos aproximando daquele vivido por Margarida Alves, no qual a violência é a ferramenta para exterminar tudo que não faz parte da hegemonia. “Quero portanto saudar todas as Margaridas presentes, na expectativa de que essas lutas que se iniciam e se fortalecem consigam dizer não ao retrocesso”, destacou.

O reconhecimento à mobilização dessas trabalhadoras também foi lembrado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Em mensagem lida pela deputada Erika Kokay (PT-DF), uma das autoras do requerimento para a sessão solene, o presidente da Casa reforçou que “homenagear o maior movimento de mulheres da América Latina é reverenciar uma mobilização que traz para Brasília camponesas de todos os cantos do país comprometidas com suas bandeiras de soberania popular, de democracia, de justiça, de igualdade e pela diminuição da violência”, destacou.

A Marcha das Margaridas acontece a cada quatro anos e constitui a maior ação organizada na América Latina por mulheres do campo, das florestas e das águas. Em 2019, a mobilização tem como lema “Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência”.

Termo de cooperação para o combate à violência no campo - Também nesta terça-feira - como parte das iniciativas que marcam o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária e Contra a Violência no Campo - a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão firmou um [termo de cooperação](#) com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) voltado a prevenir a violência agrária.

Dados do mais recente relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) apontam que quase um milhão de pessoas estiveram envolvidas em conflitos no campo no Brasil em 2018. Somente nos três primeiros meses deste ano já foram registrados dez assassinatos em disputas por terra.

“A cooperação tem como referência o reconhecimento do coletivo como importante interlocutor para a construção do diálogo necessário ao desenvolvimento de soluções pacíficas dos conflitos no campo no Brasil. Além de estabelecer uma mesa de diálogo para tratar dos casos de violações de direitos, o protocolo pretende auxiliar na coleta, análise e sistematização de denúncias sobre ameaças e violências, bem como descumprimento na implementação de políticas públicas na área”.

O grave cenário de violência no campo e o papel do Ministério Público Federal na garantia de direitos também levaram a PFDC a elaborar roteiros voltados a subsidiar a atuação do MPF na área. Em [“Violências praticadas contra Defensores de Direitos Humanos no Campo- Possibilidades de Atuação”](#) são apresentadas diretrizes para uma atuação pós conflito, com sugestões das primeiras medidas a serem adotadas, assim como ações práticas na definição de estratégias de curto e longo prazo. A publicação busca não apenas indicar caminhos para acompanhar e propor respostas aos conflitos, mas também permitir uma atuação proativa da instituição e um diálogo permanente com as famílias das vítimas.

Já o roteiro [“Ameaças contra Defensores de Direitos Humanos no Campo - Possibilidades de Atuação”](#) é voltado à uma atuação institucional que anteceda a prática de qualquer ato de violência no campo. Orientações sobre formalização de ameaças, padronização de registros e fluxos para o adequado acompanhamento processual, análise de risco e encaminhamento de demandas fazem parte do guia, que busca não apenas garantir a integridade física dos defensores de direitos humanos, mas a continuidade da luta pelo direito à terra. Os materiais foram elaborados pelo Grupo de Trabalho da PFDC sobre Direito à Reforma Agrária e podem ser acessados em sua versão eletrônica.

Em defesa de direitos e contra a violência - Diante do encolhimento dos espaços de diálogo institucionais sobre a questão, em 2016, a PFDC reativou o funcionamento do Fórum por Direitos e Contra a Violência no Campo. O colegiado retoma experiência desenvolvida na década de 1990 e busca atuar como agente articulador dos diversos segmentos afetados pela desconstrução de políticas públicas na área, reunindo representantes de organizações da sociedade civil e de movimentos de indígenas, camponeses, pescadores, quilombolas e outras comunidades tradicionais.

Em sua mais recente reunião, promovida na última sexta-feira (9), o Fórum colocou em pauta temas como a MP 881, os impactos causados pelo fechamento de escolas do campo, além da desistência do Incra em processos de desapropriação de terra - assunto que voltou a ser debatido ontem (12), em reunião solicitada pela deputada Érika Kokay, que integra a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. “O foco de preocupação está no risco de conflitos durante reintegrações de posse decorrentes da desistência de interesse do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em processos de desapropriação”, destacou.

A reflexão sobre esses e outros desafios na área também está na seleção de artigos científicos que a PFDC está promovendo, e cuja [prorrogação das inscrições](#) até o próximo dia 19 foi anunciada hoje. Os textos integrarão coletânea editada pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e deverão tratar sobre reforma agrária, por meio da abordagem do papel do sistema de justiça (Ministério Público, Poder Judiciário, Advocacia-Geral da União, Defensoria Pública, Assessorias Populares, dentre outros), em face das práticas e desafios para a sua efetivação.

Os artigos podem ser de autoria de membros do MPF ou de colaboradores externos à instituição e deverão trazer um enfoque jurídico, podendo conter, também, análises próprias

de outros campos do conhecimento.

Diagnóstico da reforma agrária - Ainda como parte das ações que marcam o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária e Contra a Violência no Campo, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão está coletando informações para elaboração de relatório acerca da situação da reforma agrária no Brasil.

Realizado em ação coordenada com Procuradorias da República em todo o país, o levantamento elencará dados sobre o número de imóveis desapropriados e de assentamentos criados pelo poder público ao longo dos últimos anos no Brasil, assim como a aquisição de terras para a reforma agrária e a evolução orçamentária para a área.

O diagnóstico deverá contar ainda com dados sobre mortes em decorrência de conflitos por terra, ordens de reintegração de posse que estão em aberto no âmbito das Secretarias de Segurança Pública, bem como de mandados cumpridos. A proposta é que as informações possam subsidiar uma ação ampla do Ministério Público Federal na matéria.

Exibição do documentário ‘Gênero sob Ataque’ - SP/SP, 01/02/2019

O SPW (Sexuality Policy Watch) tem o prazer de exibir o documentário premiado **Gênero sob Ataque** na **Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo** no dia **01 de fevereiro**, às **19h**.

Hoje o atual governo completa um mês e seu rol de retrocessos já é espantoso, principalmente sobre os temas de sexualidade e gênero. São exemplos: a exoneração de Adele Benzaken do Departamento de HIV/Aids do Ministério da Saúde, a retirada das cartilhas de prevenção para homens trans (que agora volta à circulação, mas com ilustrações censuradas, a criação de um Ministério que prioriza a “família” e a “mulher” a despeito dos direitos humanos, a saída do deputado Jean Wyllys do país, um grande defensor dos direitos humanos, sexuais e reprodutivos e da população LGBTTI, entre tantos outros. Ainda mais espantosas as conexões descobertas entre o próprio presidente e sua família com as mesmas milícias que assassinaram brutalmente Marielle Franco, símbolo da luta por direitos, especialmente das pessoas que moram em favelas, das mulheres e da população LGBTTI.

Desta forma, o SPW convida a todes para a exibição do documentário Gênero sob Ataque, que relata como as forças seculares e religiosas que se articulam em torno do ataque à “ideologia de gênero” no Brasil agem em conexão com forças na região da América Latina e da Europa de forma orquestrada e produzem efeitos nefastos desdemocratizantes.

ENTRADA GRATUITA!

Sujeito à lotação

Sexta-feira, 01 de fevereiro de 2019, às 19h

Auditório da FESP - R. Gal. Jardim, 522 - Vila Buarque, São Paulo

Entrada franca

Classificação 14 anos

Bancada feminina faz esforço final para aprovar propostas em 2018

Em 2 semanas, 8 projetos de lei relacionados a direitos das mulheres passaram pela Câmara; 3 deles ainda precisam do aval do Senado.

[\(HuffPost Brasil, 09/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Em fim de ano eleitoral e às vésperas do início do mandato de um número recorde de parlamentares novos, a **bancada feminina** fez um esforço, nas últimas 2 semanas, para aprovar propostas relacionadas a direitos das mulheres. Dentro da campanha “16 dias de ativismo pelo fim da **violência contra as mulheres**”, a Câmara dos Deputados aprovou, neste período, 8 projetos de lei ligados ao tema.

Desse total, 5 seguiram para sanção do presidente Michel Temer e 3 ainda precisam do aval do Senado, o que pode não ocorrer em 2018 devido ao rito de tramitação.

Os textos foram definidos após acordo entre as deputadas. Dos 9 escolhidos, apenas um foi retirado de pauta – o PL 622/2015. O projeto prevê a proibição do uso de recursos públicos para contratação de artistas que, em suas músicas, desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento, ou ainda contenham manifestações de homofobia, discriminação racial ou apologia ao uso de drogas ilícitas.

“Houve uma contestação de determinados setores ligados à cultura que acham que isso pode ser compreendido de maneira subjetiva e levar a uma censura. Vamos nos debruçar sobre o assunto e ver se a gente especializa o projeto”, afirmou ao HuffPost Brasil a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA).

Para a parlamentar, o mutirão deve ser comemorado, mas há muito que avançar. “Estamos vivendo tempos turbulentos e as mulheres acabam ficando condicionadas a duas datas: março e o fim de ano. Isso é uma atipia do sistema legislativo brasileiro. Precisamos, além de crescer o número de mulheres, garantir a aprovação de pautas que impactem a vida de mais da metade da população brasileira”, afirmou.

Por esse motivo, Portugal defendeu que o Congresso vote uma reforma política que inclua cota de cadeiras para mulheres. A bancada não conseguiu avançar com a proposta de emenda à Constituição sobre esse tema nesta legislatura.

Entre as propostas aprovadas nas últimas 2 semanas, a maioria está ligada à violência doméstica, devido a uma facilidade de consenso sobre o tema entre as deputadas e à situação nacional nessa esfera. O Brasil é o quinto país que mais mata mulheres.

Na avaliação da deputada Maria do Rosário (PT-MS), a mobilização foi importante diante da expectativa para 2019. “Concluimos agora sem saber como será o futuro. Neste momento temos movimentos anti-feministas dentro da próxima bancada”, disse à reportagem.

A partir do próximo ano, das 77 eleitas, legendas progressistas como PT, PCdoB e PSol somam 21 integrantes. Do outro lado, 9 são do PSL, partido de Jair Bolsonaro. Aliadas do presidente eleito, já afirmaram, por exemplo, que [“mulher aceita a violência porque não quer trabalhar”](#).

Apesar do esforço da Câmara, o caminho não é curto no Senado. Os projetos originados na Câmara só não passam pelas comissões se forem aprovados requerimentos de urgência.

“Não creio que haja disposição da maioria de votar imediatamente projetos que acabam de vir da Câmara. E o requerimento de urgência depende de uma maioria determinada pelo regimento interno. Pode iniciar a tramitação, mas dificilmente concluir neste ano”, afirmou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

De acordo com a parlamentar, que comanda a Procuradoria da Mulher no Senado, não houve um acordo com as deputadas para acelerar a tramitação. “Não houve um pedido formal de atenção especial para a bancada feminina. Não recebemos nenhum pedido nesse sentido”, afirmou.

Grazziotin acredita ser possível aprovar algum texto ligado a mulheres ainda em 2018, mas admite que algumas matérias não vão avançar. Uma delas é o projeto de lei que proíbe o casamento de menores de 16 anos, aprovado pela Câmara em junho. O PLC 56/2018 chegou a entrar na pauta do plenário do Senado neste semestre, mas saiu devido à resistência de senadores.

“Ele é bastante polêmico. Chegamos a sugerir a apresentação de uma emenda para que fosse votado ainda nessa semana, que dessa forma iria para a Câmara e a Câmara dá a palavra final, mas não houve consenso para ser votado”, afirmou Grazziotin. O objetivo da proposta é evitar casos de gravidez acidental, abandono escolar e exploração sexual, muitas vezes relacionados a casamentos precoces.

Entenda o que foi aprovado sobre violência contra mulher

01) Pagamento do agressor: pendente de votação no Senado, o Projeto de Lei 9691/18 obriga o agressor a ressarcir os custos do SUS (Sistema Único de Saúde) com vítimas de violência doméstica, além de eventuais gastos com uso de abrigo para vítimas e dispositivos de monitoramento de mulheres amparadas por medidas protetivas. Para evitar que os bens da vítima sejam usados para esse pagamento, foi incluído no texto um dispositivo para que o ressarcimento não diminua o patrimônio dela ou de seus dependentes.

02) Ecocardiograma fetal: depende de aval do Senado o PL 5248/16, que inclui o ecocardiograma fetal entre os exames a serem oferecidos pelo SUS. Também deve estar disponível o exame de ultrassonografia transvaginal por duas vezes durante o primeiro quadrimestre da gravidez.

03) Prevenção contra câncer: enviado para sanção presidencial, o PL 843/07 autoriza o trabalhador a se ausentar do serviço para realizar exames preventivos contra o câncer. Apesar do tema não se restringir às mulheres, faz parte do pacote acertado pela bancada feminina.

04) Reconstrução de mama: dependente de sanção presidencial, o PL 4409/16 garante o direito à reconstrução das duas mamas para garantir sua simetria em mulheres submetidas a

tratamentos contra o câncer.

05) Porn revenge: enviado para sanção presidencial, o PL 5555/13 prevê pena de 6 meses a 1 ano e multa para quem fizer registro não autorizado da intimidade sexual. O crime também inclui quem produz montagem para incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual.

06) Medida protetiva: ainda sem aval do presidente, o PL 3030/2015 aumenta a pena de homicídio no caso de descumprimento de medida protetiva de urgência prevista na Lei Maria da Penha.

07) Mães presas: pendente de sanção do presidente, o PL 10269/18 coloca na lei entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal) que concedeu às detentas mães o direito de cumprir a pena em regime domiciliar.

08) Tratamento de agressores: depende de aprovação dos senadores o PL 5001/16, que altera a Lei Maria da Penha para que o autor de violência familiar frequente centros de educação e de reabilitação e receba acompanhamento psicossocial, por meio de atendimento individual ou em grupo de apoio. Após um acordo em plenário, o texto final prevê que a orientação possa ser determinada pelo juiz, mas não seja uma obrigação.

Por Marcella Fernandes

[Mulheres fazem ato contra Bolsonaro em 23 cidades do país](#)

Convocados pelas redes sociais, atos foram registrados em dez estados e no Distrito Federal.

[\(G1, 20/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Protestos contra a candidatura do presidente Jair Bolsonaro (PSL) foram registrados em 23 cidades de dez estados e no Distrito Federal, neste sábado (20). Os atos foram convocados pelas redes sociais por diversas entidades. Apoiadores do candidato do PT, Fernando Haddad, também compareceram com camisetas e bandeiras.

Na cidade de São Paulo, o protesto contra Bolsonaro começou no Museu de Arte Moderna de São Paulo (Masp), na Avenida Paulista, que chegou a ficar fechada nos dois sentidos. Os manifestantes fecharam os dois sentidos da via e saíram em caminhada. Eles levavam cartazes e gritaram palavras de ordem contra o candidato do PSL.

A manifestação foi convocada pelos movimentos Frente Brasil Popular, Mulheres Unidas contra Bolsonaro, e Frente Povo sem Medo.

[Assista ao vídeo da reportagem no site do G1](#)

No estado de São Paulo, outras dez cidades registraram manifestações contra a candidatura do PSL.

No Rio de Janeiro, o ato foi organizado pelo movimento Mulheres contra Bolsonaro. O protesto começou às 15h, com os manifestantes saindo da Cinelândia em direção à Lapa, no Centro.

Em Brasília, no Distrito Federal, o ato teve início na rodoviária do Plano Piloto e seguiu até a Funarte.

Em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, Manuela D'Ávila, candidata a vice-presidente da República na chapa de Haddad, e outros integrantes do PT participaram da manifestação contra Bolsonaro.

Nas capitais, manifestações contra Bolsonaro ainda ocorreram em Aracaju, Maceió, Florianópolis, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Goiânia.

Houve também atos em favor do candidato do PSL. Eles ocorreram em Assis, no interior de São Paulo, e em Chapecó, Santa Catarina.

Nota pública do Conselho Nacional dos Direitos Humanos em repúdio à violência no contexto das eleições 2018

Diante do acirramento da violência nestas eleições presidenciais, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) divulgou nota de repúdio.

(MDH, 18/10/2018 - acesse no site de origem)

Veja também: [Ouvidoria do MDH recebe denúncias de violações de direitos humanos no período eleitoral \(MDH, 16/10/2018\)](#)

NOTA PÚBLICA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS EM REPÚDIO À VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DAS ELEIÇÕES 2018

Diante do acirramento da violência no contexto das eleições presidenciais 2018, com a eclosão de casos concretos e recorrentes de ameaças, agressões e, inclusive, assassinatos em decorrência de divergências de posicionamentos políticos, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH, órgão autônomo criado pela Lei nº 12.986/2014, vem a público manifestar extrema preocupação diante do clima nacional e conclamar os órgãos garantidores de direitos, sobretudo as

instituições do sistema de Justiça, a se posicionarem diante de tal contexto.

O inegável clima de violência tem desencadeado práticas de agressão ostensivas e subjetivas, na medida em que a expressão livre e plural encontra-se cerceada, por discurso de ódio provocando medo da concretização das ameaças a grupos minoritários – especialmente contra mulheres, população LGBTI, população negra, povos indígenas, quilombolas e nordestinos/as -, as quais estão presentes nas redes sociais, em equipamentos públicos e nos veículos de comunicação de circulação nacional.

Cabe às instituições garantidoras de direitos, neste momento, não apenas a defesa irrestrita da democracia, condição fundamental para a realização dos direitos humanos. Cabe, sobretudo, a adoção de providências efetivas no sentido de coibir ações violadoras de direitos, e a proteção a pessoas e segmentos historicamente discriminados e vulnerabilizados, cuja integridade física encontra-se ameaçada. Esse cenário intensifica as ações de violência a que temos assistido diariamente, bem como a acentuação de acirramento da intolerância, que reflete, ainda, o racismo, a misoginia, LGBTIfobia, xenofobia e os preconceitos regional e de classe existentes na sociedade brasileira.

Além disso, há uma avalanche de notícias falsas (“fake news”) nos meios de comunicação, principalmente nas redes sociais e grupos de Whatsapp, originadas de provedores nacionais e internacionais, inclusive com pacotes financiados por empresas, com o poder de influenciar o pleito eleitoral, práticas vedadas pela legislação penal e eleitoral.

Nessa perspectiva, manifestamos também uma grave preocupação com o período imediatamente posterior às eleições, com a permanência do atual clima de ódio, intolerância e violência física, psíquica e simbólica. Este clima, pode desencadear a violência física e letal generalizada contra povos, comunidades, movimentos sociais, lideranças rurais e urbanas, sindicalistas e ativistas políticos, acarretando um número hoje impensável de pessoas feridas e assassinadas.

Os Direitos Humanos desde sua origem significam avanços civilizatórios para além das posições político-partidárias, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, os Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Constituição Federal de 1988.

Ameaças à democracia como as que temos presenciado nos últimos tempos podem nos levar a regimes autoritários com graves retrocessos e violações de direitos humanos que, inicialmente, atingem os grupos sociais mais vulneráveis, mas, inevitavelmente, vão atingir a toda a sociedade brasileira.

Ademais, nos manifestamos em defesa inarredável da manutenção e do fortalecimento dos espaços nacionais de controle e participação social, pela afirmação deste Conselho enquanto Instituição Nacional de Direitos Humanos, bem como da permanência do Brasil no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas e nos sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos, essenciais para a consolidação, fortalecimento da democracia brasileira e efetividade do monitoramento das políticas públicas e ações relacionadas à temática de direitos humanos no país.

O CNDH exige, portanto, que os poderes constituídos e as instituições públicas promovam ações objetivas que previnam e impeçam que tal cenário se concretize. Cabe à Procuradoria-Geral Eleitoral e à Justiça Eleitoral cumprirem seus papéis constitucionais, tomando

providências urgentes contra as condutas vedadas, especialmente aquelas que colocam em risco a lisura do pleito eleitoral e que naturalizam a apologia ao crime.

Ao tempo em que repudiamos a violência, reafirmamos a defesa dos direitos humanos, historicamente conquistados, damos conhecimento desta Nota às autoridades públicas e aos organismos internacionais, e conclamamos a toda sociedade brasileira a defender plenamente a democracia.

Brasília, 18 de outubro de 2018.

Mulher faz escolhas diferentes das masculinas se há igualdade, diz estudo

O empoderamento feminino não garante apenas inclusão e igualdade, mas também maior diversidade de ideias. Um estudo publicado na revista Science na última quinta-feira (17) sugere que em países que propiciam maior igualdade de oportunidades para ambos os gêneros, as escolhas e preferências das mulheres se diferenciam mais das dos homens.

[*\(UOL, 19/10/2018 - acesse no site de origem\)*](#)

Ou seja, quanto mais as mulheres têm acesso a recursos que deem autonomia, mais as suas preferências se diferem das dos homens. E isso vale tanto para países ricos, onde há mais recursos à disposição de todos, quanto para lugares em que há maior igualdade de gênero e inclusão social de mulheres.

O caminho para chegar a essa conclusão é complexo. Os pesquisadores Armin Falk, da Universidade de Bonn, na Alemanha, e Johannes Hermlle, da Universidade da Califórnia, dos EUA, analisaram as respostas dadas por 80 mil homens e mulheres em 76 países em pesquisa sobre preferências. Os dados são de pesquisa de opinião feita pela empresa Gallup no mundo todo em 2012.

Comportamentos relacionados a paciência, altruísmo, reciprocidade negativa e positiva, confiança e tendência para assumir riscos foram avaliados de acordo com o gênero. Para os pesquisadores, essas são preferências fundamentais, relativas a percepções da passagem do tempo, da tomada de riscos e das interações sociais.

Em seguida, a dupla de economistas comparou as semelhanças e diferenças entre as respostas de homens e mulheres de acordo com características sociais e econômicas dos países. “Diferenças de preferências entre os gêneros [homens e mulheres] estão positivamente relacionadas ao desenvolvimento e à igualdade de gênero”, afirmam os autores no artigo.

Para eles, o resultado indica que homens e mulheres tendem a realizar escolhas diferentes em relação à profissão, investimentos financeiros, decisões educacionais, entre outros. E essas diferenças variam entre países e culturas.

“Esse achado sugere que maior disponibilidade e acesso igualitário a recursos materiais e sociais favorecem a manifestação de preferências diferenciadas entre homens e mulheres “, dizem Falk e Hermle.

A pesquisa dá força a uma das explicações correntes sobre as diferenças de preferências entre homens e mulheres: a de que essas diferenças se expandem em contextos onde mulheres podem desenvolver seus potenciais e se expressar independentemente.

Assim, a explicação para a diferenciação das preferências entre homens e mulheres está na maior autonomia das mulheres e em sua capacidade para resistir à influência da sociedade, na qual as visões masculinas são predominantes.

“Nosso estudo destaca o papel crítico da disponibilidade de recursos materiais e sociais, bem como o acesso igual a esses recursos por homens e mulheres, para a formação e expressão independente das preferências específicas dos sexos”, afirmam os pesquisadores.

Brasil possui baixa diferenciação de preferências

Com os dados sobre as diferenças de preferências entre homens e mulheres em 76 países, os pesquisadores criaram um ranking. No topo da lista, como países nos quais as preferências e escolhas das mulheres mais se diferenciam das dos homens, estão Canadá, Estados Unidos, Reino Unido, Suécia, Austrália, Holanda e Áustria.

Já nas últimas posições do ranking estão países da África e da Ásia, como Gana, Iraque, Tanzânia, Paquistão, Irã, Camboja e Nicarágua. O Brasil aparece na 58ª colocação, logo atrás de países como Turquia, Jordânia, Ruanda e Filipinas.

Chamam atenção países como o Japão e a Alemanha, que possuem economia pujante, mas figuram, respectivamente, na 20ª e 23ª posições, atrás da Argentina. E a Bolívia, que a despeito de seu baixo desenvolvimento econômico, figura na 16ª posição, na frente da Rússia.

“Tratadas como criminosas”; esse é o atendimento que as mulheres recebem após um aborto, denuncia especialista

Seminário, realizado pelo Cofen com apoio do Coren-SC, subsidia reflexões sobre o papel da Enfermagem

[\(Cofen, 18/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Representando a Defensoria Pública da União, Charlene Borges destacou que “a criminalização tem sido pouco efetiva, inclusive em termos de indiciamento, servindo principalmente como barreira à assistência”.

A criminalização do aborto não tem contribuído para reduzir as ocorrências no Brasil e afeta diretamente a assistência e a mortalidade materna, na avaliação de especialistas ouvidas no Seminário “Descriminalização do Aborto, (In) equidades Raciais e Saúde Reprodutiva: uma discussão necessária no campo da Enfermagem”, realizado pelo Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) com apoio do Coren-SC. Aberto ao público, o evento reuniu conselheiros federais, presidentes dos Conselhos Regionais, Comissões de Saúde da Mulher e representantes de entidades profissionais e assistenciais, nesta quarta-feira (17/19), em Florianópolis.

O seminário busca subsidiar reflexões dos Conselhos de Enfermagem. “É um tema polêmico, mas não podemos nos furtar ao debate”, afirmou o presidente do Cofen, Manoel Neri. Para a presidente do Coren-SC, Helga Bresciani, “a indução de aborto é um problema de Saúde Coletiva e somos nós que estamos na ponta, recebendo essas mulheres. Nosso código de ética é claro: temos o dever de prestar assistência e manter o sigilo profissional”.

Uma em cada cinco mulheres brasileiras até os 40 anos já realizou pelo menos um aborto no Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional do Aborto, apresentada pela pesquisadora Gabriela Rondon, do Anis - Instituto de Bioética. “Como nesta pesquisa pudemos aplicar também questionário sócio-econômico, sabemos quem são essas mulheres. Elas têm a cara do Brasil. São mulheres religiosas — católicas, evangélicas -, a maioria delas mães. O aborto acontece em todas as fases da vida reprodutiva, sendo mais frequente na faixa etária de 20-24 anos”, explica Gabriela.



A pesquisa, de 2015, revela ainda que 503 mil brasileiras fizeram aborto no ano anterior. Cerca de metade das mulheres que fizeram aborto inseguro precisou de internação após o procedimento. “Se olharmos para a experiência de outros países, vemos que a criminalização não contribuiu para reduzir o número de aborto em nenhum lugar. Este dado pode inicialmente parecer contraintuitivo, mas reflete a impossibilidade de conhecimento e intervenções dos profissionais de Saúde na vida dessas mulheres”, afirma.



“Tratadas como criminosas, submetidas a curetagem dolorosas, esse é o atendimento que as mulheres em processo de abortamento recebem”, ressaltou a palestrante Alaerte Martins, enfermeira e doutora em Saúde Coletiva (Foto: Cofen)

Legislação – A defensora Charlene Borges, representante da Defensoria Pública da União, apresentou o posicionamento institucional diante da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADPF) 442, que questiona a criminalização do aborto. “Entendemos que os artigos 124 e 126 do Código Penal, que é da década de 1940, entram em choque com princípios constitucionais como a não-discriminação e o direito à vida”.

Charlene ressaltou que a criminalização do aborto não cumpre a função preventiva, de inibir a conduta, e potencializa desigualdades. “Os efeitos da criminalização atingem de forma mais graves mulheres negras, de baixa escolaridade e renda. São elas as mulheres que morrem em abortos inseguros”, afirmou. A taxa de mortalidade materna relacionada ao aborto é de 13,6 para mulheres negras, de 5,3 entre as brancas e 7,9 entre as pardas.

“Tratadas como criminosas, submetidas a curetagem dolorosas, esse é o atendimento que as mulheres em processo de abortamento recebem”, ressaltou a palestrante Alaerte Martins, enfermeira e doutora em Saúde Coletiva, lembrando que este tratamento desumano é estendido a mulheres em processo de aborto espontâneo, que são a maioria dos casos.



Debate - O vice-presidente do Coren BA, Anderson Santos, propôs que o debate se estenda a todos os 27 Conselhos Regionais, sob aplausos. A necessidade ampliação do debate retornou nas falas do presidente do Coren-AM, Sandro André, dos conselheiros Lauro César, Maria Luísa Almeida e Luciano da Silva, e da professora Maria Cristina Paganini, que trouxe reflexões sobre bioética. O tema integrará a programação do 21º Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem.

“Para a Enfermagem Obstétrica não interessa se sou a favor ou contra o aborto. Encontraremos essas mulheres na assistência. O meu julgamento não vai salvar esses bebês, mas pode contribuir para a morte dessas mulheres”, avalia Larissa Rocha, da Abenfo-SC. Para Daiane Soares, da comissão de Saúde da Mulher do Coren-BA, “não cabe ao profissional de Enfermagem coagir ou denunciar pacientes”. “Não somos polícia”, reforçou a conselheira Zuleide Aguiar, do Coren-RJ. “Precisamos usar esta inquietação surgida aqui para pensarmos em políticas mais efetivas de assistência”.

Questionada sobre os dados de encarceramento relacionados ao aborto, a defensora pública Charlene Borges destacou que “a criminalização tem sido pouco efetiva, inclusive em termos de indiciamento, servindo principalmente como barreira à assistência”. “Em 2014, 33 mulheres foram indiciadas no Brasil por aborto. Todas eram negras e de baixa escolaridade”, afirmou.

[Manifesto de juristas pela virada democrática: democracia sim, todas e todos com Haddad!](#)

Redigido pela advogada e professora Silvia Pimentel, o manifesto suprapartidário já foi assinado por mais de 1.000 juristas de todo o país, entre eles os ex-ministros da Justiça José Carlos Dias (governo Fernando Henrique Cardoso), Eugenio Aragão, José Eduardo Cardozo e Tarso Genro (governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff), o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Sepúlveda Pertence, o ex-presidente da OAB Marcelo Lavenère Machado, o ex-procurador-geral de Justiça Antônio Carlos Biscaia e os professores Pedro Dallari, Belisário dos Santos Jr., Celso Antônio Bandeira de Mello e Flavia Piovesan, dentre

outros.



Silvia Pimentel é advogada, professora de Direito da PUC/SP e integrante do Cladem (Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher).

Assista ao encontro de juristas com Fernando Haddad, em defesa da democracia e do estado de direito: <https://www.facebook.com/fernandohaddad/videos/577544252660420/>

**MANIFESTO DE JURISTAS PELA VIRADA DEMOCRÁTICA
FRENTE AMPLA DE CIDADÃS E CIDADÃOS PELA DEMOCRACIA
SIM, TODAS E TODOS COM HADDAD!**

“O que me preocupa não é o grito dos maus, é o silêncio dos bons.” Martin Luther King.

A História ensina que a dinâmica dos povos surpreende. Embora a tônica da história da humanidade tenha sido a Guerra, há também momentos de união em torno de temas civilizatórios. De união em torno de valores e compromissos que transcendem interesses individuais, corporativos e partidários.

Hoje, no Brasil, este é um desses momentos!

Importa iniciarmos, imediatamente, a construção de uma ação conjunta para alcançarmos uma verdadeira **virada democrática** no segundo turno da corrida eleitoral à Presidência da República.

Reconhecemos o valor das enormes diferenças que permeiam o nosso Brasil plural e continental. Contudo, reconhecemos que a liberdade e a diversidade de ser, de pensar e de crer são riquezas a serem preservadas e que nos movem na busca de denominadores comuns.

O que buscamos é alertar o povo brasileiro sobre a importância do seu voto.

O voto bem pensado é racional e crítico. Jamais impulsivo e raivoso.

Na luta democrática não há inimigos e sim adversários.

Somente o diálogo construtivo e plural criará condições efetivas para a concretização dos direitos sociais e econômicos das brasileiras e dos brasileiros.

Neste momento difícil da história do Brasil, nós, de todos os credos, raças, etnias, profissões, filiações políticas, orientações sexuais e identidades de gênero, damo-nos as mãos para pedir paz e, mais do que tudo, a preservação da democracia.

Importa refletir para saber o que, de fato, queremos para o futuro de nosso país. Rejeitamos o rancor e a divisão entre os brasileiros. Temos a mais democrática Constituição do mundo, que preceitua que nosso Brasil é uma República que visa erradicar a pobreza e fazer a justiça social através da inclusão das minorias. Reduzir as desigualdades regionais, incentivar a cultura e promover a solidariedade.

Este é o nosso desejo neste momento de crise. O respeito às leis, às instituições democráticas, à Constituição e à democracia.

Por essas razões, nós juristas e demais profissionais subscritores do presente Manifesto, somos defensores da democracia e radicalmente contrários a qualquer tipo de violência, seja física, simbólica, moral, ou mesmo como ferramenta de repressão a opiniões contrárias,

DECLARAMOS APOIO AO CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FERNANDO HADDAD, independentemente de nossas eventuais diferenças programáticas partidárias, ou mesmo independentemente de nos reservarmos o direito de um apoio crítico e construtivo ao seu governo.

HADDAD é o único candidato em condições de garantir a continuidade do regime democrático e dos direitos que lhe são inerentes, em um ambiente de paz, de tolerância e de garantia das liberdades públicas.

Maioria dos candidatos sem voto é mulher

Nas eleições 2018, 21 candidatas - de um total de 24 pessoas - registraram 'voto zero' nas urnas

(O Estado de S.Paulo, 18/10/2018 - acesse no site de origem)

“Falaram que precisavam de mim porque eu era mulher e precisavam de uma quantidade de mulheres. Agora fico até envergonhada, porque amigos vêm me perguntar e tenho que explicar o que ocorreu.” A pedagoga **Ana Cláudia de Sá**, de 30 anos, foi candidata a deputado estadual pelo PTC do Amapá e uma das 24 pessoas que não receberam nem mesmo o próprio voto nas eleições 2018. Destas, 21 são mulheres.

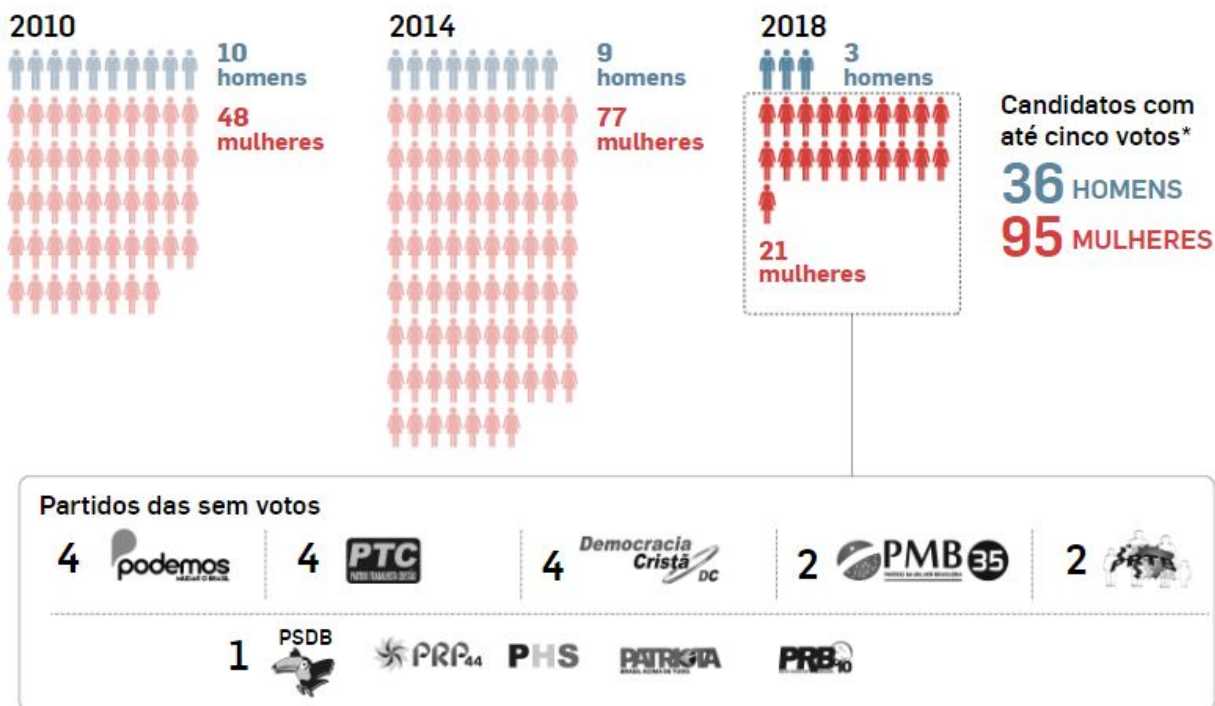
A moradora de Santana, a 20 quilômetros de Macapá, disse que o partido prometeu apoiar a candidatura de seu marido para a Assembleia Legislativa do Estado se a sigla também pudesse registrá-la na disputa como postulante a uma vaga na Assembleia. “O partido não me ajudou em nada. No final, votei no meu marido”, afirmou.

Com exceção de quatro das 21 candidatas, todas não arrecadaram nem gastaram nada - inclusive Ana Cláudia. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), candidaturas que “não receberam qualquer apoio das legendas partidárias, com aporte insignificante de recursos ou com votação ínfima ou não existente,” podem indicar o que o tribunal considera como “candidaturas laranjas”.

Se por votação ínfima forem consideradas as candidatas com até 5 votos e sem arrecadação, o patamar sobe para 95 nomes - ante 36 homens.

Apesar disso, o número de mulheres sem voto neste ano caiu consideravelmente. Na avaliação da pesquisadora do **Grupo de Estudos de Gênero e Política da USP Hannah Maruci**, quando o Supremo Tribunal Federal determinou que os partidos deveriam não apenas reservar, mas preencher 30% das vagas com candidatas, em 2012, as legendas perceberam que poderiam ser punidas. “(Há) casos em que a chapa caiu por conta desse tipo de fraude. O Ministério Público teve papel muito importante nesse processo”, disse a pesquisadora.

Candidatos sem votos*



*Todos concorriam a deputado federal ou estadual

ESTADÃO

Apesar de as “candidaturas laranjas” não serem novidade no cenário eleitoral, a Justiça ainda não criou uma jurisprudência de punição. Desde junho está pronto para julgamento no plenário do TSE parecer do Ministério Público Eleitoral a respeito de três casos recursais de fraudes na cota para mulheres nas eleições de 2016.

O procurador-geral eleitoral, Humberto Jacques de Medeiros, disse que, após a eleição, o Ministério Público Eleitoral deve analisar todos os casos suspeitos. “Existe uma metodologia usual de verificar isso, zero voto, se os recursos foram repassados, mas tem que olhar os casos concretos. A pessoa pode ter morrido, adoecido, desistido. Vamos passar um pente-fino.”

No entanto, nem todas as candidatas com zero voto foram lançadas para cumprir cota. O Estado conseguiu contato com outras duas mulheres que disseram ter desistido por falta de apoio da sigla. “Cheguei a fazer campanha com as pessoas mais próximas, mas percebi que não teria força para me eleger e resolvi apoiar outro deputado estadual”, disse Débora Melo (PTC-RO). Ela não recebeu repasses da legenda.

Partidos. Além do PTC, o Podemos e o Democracia Cristã (DC) tiveram o maior número de candidatas sem votos. O presidente do PTC no Amapá, Guaraci Silveira Júnior, negou irregularidade na candidatura de Ana Cláudia. Segundo ele, essa situação ocorre quando um candidato desiste da campanha depois de registrado. “Nunca tivemos problema para cumprir cota de mulheres.”

O diretório regional do Podemos no Acre disse que a candidata que não recebeu votos desistiu da campanha por problemas pessoais. A reportagem não conseguiu contato com os diretórios do Amapá, Roraima e Rondônia. A reportagem procurou o PTC de Rondônia e o DC, mas não obteve resposta.

3 PERGUNTAS PARA...

Mariely Sena, candidata a deputado estadual pelo PTC no Amapá

1. Qual foi a motivação da sua candidatura?

Como sou evangélica, fui convidada. Eu tinha o propósito de entrar na política, mas queria me candidatar para vereador. Como eu estava filiada ao partido desde o início do ano, fui convidada a me candidatar. Isso foi no meio de junho, estava em cima da hora para ajeitar os documentos.

2. Por que você não votou em si mesma?

Quando dei entrada na candidatura, deu um problema com o meu comprovante de residência e o CNPJ. A advogada do partido ficou de ligar para informar o desdobramento. Esperei, mas não ligaram. Descobri que a candidatura valia depois da eleição, quando pedi a uma colega que consultasse o meu nome. Nem meu número eu não sabia, o partido não me disse que eu seria candidata.

3. O partido voltou a falar com você depois de oferecer a candidatura?

Não me foi dada nenhuma informação quando me candidatei e eles não vieram falar comigo de novo. Não teve nenhum apoio financeiro.

Por Marianna Holanda, Alessandra Monnerat e Roberta Vassallo, especial para O Estado de S.Paulo

[Renato Janine Ribeiro: Apesar da renovação, Congresso tem poucos gays, negros e mulheres](#)

Renato Janine analisa o perfil do Congresso eleito e destaca a necessidade de aumento de participação dos grupos

[\(Jornal da USP, 17/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Nesta semana, o colunista Renato Janine Ribeiro comenta sobre o perfil dos congressistas eleitos no último dia 6 de outubro. Houve mais de 50% de renovação e nomes consagrados tanto da direita quanto da centro-esquerda ficaram de fora.

Um fator importante, destaca o professor, “é que embora o número de pretos tenha permanecido o mesmo (21 deputados apenas), aumentou o número de pardos, de uma ou duas dezenas, o que é uma notícia boa, apesar de estar ainda muito longe, com cento e poucos deputados (pouco mais de 20%), da proporção que eles têm na população brasileira (50%)”. A

representatividade das mulheres também ficou baixa, visto que elas são pouco mais da metade da população.

Janine destaca como aspectos positivos a reeleição do único deputado assumidamente gay, Jean Wyllys, pelo PSOL-Rio de Janeiro, além da eleição do senador Fabiano Contarato, pela Rede - Espírito Santo, também assumidamente gay, casado e pai, na vaga antes ocupada por Magno Malta.

Para o colunista, apesar dos aspectos positivos citados, ainda é preciso discutir seriamente, e com urgência, a questão da representatividade na esfera política, principalmente das mulheres.

https://assets-institucional-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2018/10/ETICA-E-POLITICA-R-ENATO-JANINE_17_10_2018.mp3

Ouçã, no link acima, a íntegra da coluna *Ética e Política*.

Por Valéria Dias